



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Sexualidade e género

**A TRANSEXUALIDADE E O GÉNERO: IDENTIDADES E (IN)VISIBILIDADES DE HOMENS E MULHERES
TRANSEXUAIS**

SALEIRO, Sandra Palma

Investigadora, Doutoranda em Sociologia

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES, IUL

sandra.saleiro@iscte.pt

Resumo

Pretende-se no presente texto dar conta de parte dos resultados obtidos com o projeto “Transexualidade e transgénero: identidades e expressões de género”, desenvolvido no CIES-IUL, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Do vasto leque de expressões de género que o termo aglutinador “transgénero” inclui, neste texto centrar-nos-emos apenas nas pessoas transexuais, ou seja, aquelas que experienciam e se expressam permanentemente no género “oposto” ao sexo que lhes foi atribuído à nascença. A informação que sustenta este texto provém sobretudo de 25 entrevistas biográficas realizadas a pessoas transexuais e é complementada por um conjunto de informação conseguida pela abordagem etnográfica desenvolvida ao longo da investigação. A transexualidade revela-se um terreno fértil para as discussões em torno da feminilidade e da masculinidade, do que é ser homem e do que é ser mulher íntima e socialmente. No decurso das entrevistas biográficas e das incursões etnográficas realizadas sobressai uma diferença acentuada entre homens e mulheres transexuais, a nível das identidades de género e dos percursos sociais, revelando-se pois o sexo/género para a população transexual, tal como acontece para a cissexual, como uma das principais variáveis produtoras de diferença. Só que neste caso a complexidade analítica é acrescida, uma vez que obriga a jogar com uma dupla referência: o sexo/género atribuído e o sentido e expressado.

Abstract

This paper presents some results from the research project “Transsexuality and Transgender: Gender Identities and Expressions of Gender”, which was undertaken at CIES-IUL, with funding from the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT). As we know, the umbrella term transgender includes innumerable gender expressions. This paper will focus only on transsexuals, by which we mean individuals whose gender is permanently experienced and expressed as being the “opposite” of their biological sex. The information that underlies this paper comes primarily from 25 biographical interviews of transsexual people, and is complemented by a range of data that we have gathered using the ethnographic approach. Transsexuality is fertile ground for discussions on femininity and masculinity; on what it is to be a man and to be a woman in both intimate and social levels. The biographic interviews and ethnographic incursions highlighted the existence of a major difference between transsexual men and transsexual women at the level of both gender identities and social trajectories. This shows that sex/gender is one of the main difference-producing variables, just as it is for the cissexual population. But in the case of transsexual people, the analytical complexity is greater, inasmuch as it requires us to deal with a dual reference: the sex/gender which is attributed, and that which is expressed.

Palavras-chave: Transexualidade; transgénero; identidades de género; expressões de género

Keywords: Transsexuality, transgender, gender identities, expressions of gender

Introdução. A transexualidade e o género

Esta análise toma como ponto de partida parte dos resultados produzidos no âmbito do projeto de investigação “Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género”ⁱ em curso desde 2007 no CIES, ISCTE-IUL, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que constitui uma das primeiras abordagens da temática no âmbito das ciências sociais em Portugal.

Do vasto leque de expressões de género que o termo aglutinador “transgénero” inclui, neste texto centrar-nos-emos apenas nas pessoas *transexuais*. Referenciando-se as ciências sociais no modo como as pessoas se narram e se expressam socialmente, tomamos como transexuais as pessoas que se apresentam e vivem *permanentemente* no género “oposto” ao sexo que lhes foi atribuído à nascença, definição que pode não ser absolutamente coincidente com as provenientes de outras abordagens, nomeadamente as da medicina. Assim, *mulheres transexuais* são as pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença e que se expressam permanentemente no feminino (ou seja, transições de masculino para feminino, mais familiar na abreviação anglo-saxónica de MtF), sendo os *homens transexuais* as pessoas a quem foi atribuído o sexo feminino e se expressam permanentemente no masculino (ou seja, FtM)ⁱⁱ. Trata-se pois de processos de “migração” (e não de “oscilação” ou de “transgressão”, como noutras expressões trans) de género (Ekins & King, 2006).

A informação que sustenta este texto provém sobretudo de 25 entrevistas biográficas realizadas a pessoas transexuais – 13 mulheres e 12 homens transexuais – e é complementada por um conjunto de informação conseguida pela abordagem etnográfica desenvolvida ao longo da investigação – contacto continuado com parte das pessoas entrevistadas, frequência de locais de prostituição trans, frequência de eventos dedicados à temática (debates, colóquios, tertúlias, comemorações, ciclos de cinema...), etc. -, que permitiu alargar consideravelmente o número de pessoas transexuais de quem se recolheu informação via entrevista formal.

Um dos resultados mais salientes da investigação desenvolvida, que se começou a evidenciar desde os primeiros momentos de recolha de dados (aliás, logo na “sinalização” e “recrutamento” dos sujeitos empíricos), e se iria confirmar ao longo das restantes fases da pesquisa, remete para as diferenças encontradas a vários níveis entre homens e mulheres transexuais. O sexo/género revelou-se pois, para a população transexual, tal como acontece para a cissexual (ou seja, aquela em que coincide sexo atribuído à nascença e género experienciado), como uma das principais variáveis produtoras de diferenças. Diferenças a nível da *visibilidade* de umas e de outros – tendo iniciado a fase de recolha de dados através do procedimento de “bola de neve”, e começando pelas pessoas transexuais assumidas publicamente, o grupo inicial foi constituído apenas por mulheres, situação que se reproduzia na obtenção de outros contactos a partir desse núcleo inicial. Diferenças a nível das *identidades de género*, com a constatação de uma maior diversidade de narrações e de expressões de género por parte das mulheres e consequentemente de maiores distanciamentos em relação à “narrativa-tipo” da transexualidade, originária das ciências médico-psicológicas. Diferenças essas que iriam ter repercussões ao nível dos *percursos sociais* e das *condições objetivas de vida*, com os homens a apresentarem estilos de vida mais próximos do “padrão”. Aquilo que nos propomos é contribuir para a identificação e compreensão dos fatores produtores dessas diferenças, sendo que, neste caso particular, a complexidade analítica é acrescida, uma vez que há que jogar com uma dupla referência: o sexo/género de origem, ou seja, o atribuído à nascença e o de destino, ou seja, o sentido e expressado.

As “masculinidades femininas” e as “feminilidades masculinas”

O primeiro foco de análise recai sobre o próprio conteúdo e representações de cada uma das categorias de género na ordem de género em vigor. Não só o modo como é percebido o masculino e o feminino, mas a relação estabelecida entre “o masculino e os homens” e “o feminino e as mulheres” e a intensidade da vigilância exercida sobre cada um dos binómios no sentido de fiscalização da coerência.

E o que sobressai da análise das narrativas das pessoas transexuais é uma *maior aceitação das “masculinidades femininas”*ⁱⁱⁱ (para utilizarmos o termo de Halberstam, 2006 [1998]) por relação às “feminilidades masculinas”. Ou seja, se, em termos de condições objetivas, as mulheres (cissexuais) se

encontram em situação desfavorável por relação aos homens, essa posição reverte-se quando analisado o modo de vivência do gênero que é suposto apresentarem. Para as mulheres e, como veremos, sobretudo para as raparigas, há um campo mais amplo e menos fiscalizado de vivência do gênero. Como refere Devor, “As pressões sociais colocadas sobre os rapazes para serem masculinos são maiores do que as colocadas sobre as raparigas para serem femininas”(1989, pp. 39-40). Isto está bem presente no termo comumente utilizado para designar as raparigas que apresentam, em termos de aparência e/ou de comportamentos, uma aproximação àquilo que é tomado como pertencente à esfera da masculinidade. Referimo-nos ao termo “maria-rapaz”, que não terá um sentido tão negativo quanto aquele ou aqueles que designam situações idênticas mas com origem nos rapazes, como o de “maricas”. Aliás, maria-rapaz por vezes é até visto como a manifestação de um carácter forte, de valentia e de independência, traços atualmente já valorizados, pelo menos ao nível das representações, mesmo para as mulheres.

Pegando numa figura masculina, a qual se ressentirá igualmente desse “peso da masculinidade” – o pai ou o avô – vejamos, a partir do discurso dos nossos entrevistados, como é que é encarada na infância, no seio da família, a expressão de gênero no sentido “oposto” ao esperado. Este é um dos aspetos em que julgamos que a temática da transexualidade e do transgênero, mas sobretudo a primeira, pois é como que uma “réplica” da cissexualidade, e funciona dentro do sistema binário dos dois sexos/gêneros, tem potencialidades para contribuir para uma melhor compreensão, em geral, do modo como se concebem atualmente nas sociedades ocidentais a masculinidade e a feminilidade, os homens e as mulheres.

Vamos começar pelos homens transexuais, que foram percebidos e educados como raparigas, tendo o cuidado de tomar em conta o fator geracional.

“O meu pai achava uma enorme piada e dizia sempre que era um espetáculo ter uma filha maria-rapaz, que não gostava cá daquelas mariquices, como ele lhes chamava, lacinhos e vestidinhos... mas depois, mais tarde [cerca dos 18 anos], quando percebeu que realmente era a sério, reagiu muito mal. Também por se sentir culpado, ele achou – e se calhar ainda hoje acha – que a minha transexualidade foi culpa dele, porque eu queria uma bola e ele dava-me uma bola, eu queria um carro telecomandado, ele dava um carro telecomandado...” (Nuno, 28 anos)

“Os meus pais, numa primeira fase, quando eu era miúda, até achavam uma certa graça, era uma maria-rapaz. Até a uma certa idade acharam até uma certa graça àquilo, sobretudo porque o meu avô achava uma certa graça, porque a minha família esteve sempre ligada ao sector dos automóveis, estivemos sempre ligados a motores, automóveis, motorizadas, eu tive uma motorizada. Aos seis anos, o meu avô ofereceu-me uma espingarda (...) Pronto, o meu avô achava muita graça a eu ser uma maria-rapaz, não é?” (Jorge, 45 anos)

Estes testemunhos mostram como, sobretudo na infância, a expressão de atitudes e comportamentos associados à masculinidade nas raparigas não é forçosamente objeto de censura ou de preocupação. No entanto, também é necessário referir que a “graça” encontrada nesses primeiros anos de vida às expressões associadas à masculinidade não é extensível às demais etapas. Em geral os problemas com a família iniciam-se na adolescência quando se começa a questionar se os comportamentos até aí tolerados afinal não estariam circunscritos a uma fase, mas iriam permanecer vida fora. Devor (1989), no estudo que realizou a propósito daquilo que denomina de “genderblending”, tomando como sujeitos empíricos mulheres biológicas com expressões de gênero “mistas” ou “misturadas”, confirma a não repressão, ou até valorização, dos comportamentos associados à masculinidade, sobretudo pelos elementos masculinos na família, até à puberdade, fase em que tudo muda, já que “na adolescência, quando as raparigas se tornam mulheres, as maria-rapaz são suposto tornarem-se femininas” (1989, pp. 86-87). São as “liberdades reguladas” de que nos fala McNay (1999, pp. 104-105), fazendo uso do conceito de Bourdieu para a compreensão do surgimento de formas “híbridas” que a autonomia das raparigas/mulheres tem vindo recentemente a tomar (por exemplo, o *girlpower* patente em certos desenhos animados e ícones pop como Madonna e mais recentemente Lady Gaga fornecem às raparigas adolescentes ferramentas simbólicas suscetíveis de subverter as definições patriarcais da feminilidade) que vão coexistindo com os modelos de feminilidade dominantes.

Mas façamos agora o exercício similar, focando a infância das mulheres transexuais, percebidas e educadas como rapazes. Como teremos ocasião de perceber, percorrendo os testemunhos de três gerações, embora se

note uma diferença considerável entre as diversas idades, nunca encontramos qualquer testemunho de se achar piada, ou sequer tolerar, a expressão da feminilidade. Muito pelo contrário:

“E o meu pai, sempre foi assim um pai... agora está melhor, mas sempre foi assim um pai muito preconceituoso, pronto. E ouvi coisas do meu pai muito más. (...) E então tive mesmo necessidade de criar um personagem, um sistema de defesa para não vir a sofrer consequências.” (Patrícia, 22 anos)

“O meu pai raramente me deu um beijo, nunca me fez um carinho e se fosse possível batia-me, ele que nunca bateu em nenhum dos filhos, fui eu a única filha a levar porrada dele (...). Mas quando eu digo porrada, foi porrada a sério, desde pontapés a murros e coisas do género (...) Nunca, à minha irmã nunca lhe tocou sequer e ao meu irmão também não. Mesmo quando eram coisas supostamente graves, ele nunca lhes tocou. E a mim batia-me aparentemente sem razão, pura e simplesmente porque ele já me odiava, não é? Portanto, no fundo, há ali uma grande carga de raiva e de ódio por eu não ser aquilo que ele gostava que eu fosse (...). Isso já foi desde criança e depois com a idade foi piorando, como é óbvio. Portanto, ele foi-se tornando cada vez mais agressivo.” (Vanessa, 36 anos)

“E quando o meu pai ia para a taberna, as pessoas faziam-lhe a cabeça e ele vinha de cabeça cheia e não podia fazer nada naquela altura, porque estava bêbado e não tinha força para mim. Então quando me apanhava em casa, só, ele chamava-me para ir – porque ele tinha umas ovelhinhas e umas vaquinhas numa cave – e eu ia lá, ele apanhava-me, estrafegava-me e enforcou-me duas vezes. Só que a minha avó, como andava naquela zona ali, apercebeu-se e foi ela que me salvou (...). A primeira vez foi com um escadote e a segunda vez foi com uma cadeira, que ela me conseguiu tirar. A primeira vez eu tinha doze anos e a segunda vez já ia fazer catorze anos, que foi quando eu depois fugi de casa (...)” (Filomena, 53 anos)

A maior aceitação, tanto na família como fora dela, das expressões da masculinidade nas mulheres do que das expressões da feminilidade nos homens, que “facilita” ou, pelo menos, “alivia” a vida dos homens transexuais, não se fica na infância e acompanha todas as fases da vida – ao nível dos relacionamentos amorosos, das possibilidades de obtenção de emprego, etc. (sistematizámos estes indicadores em Saleiro, 2010). Isto, pese embora, como já referimos, a vigilância de género e as punições se acentuem consideravelmente, também para as raparigas, a partir da adolescência.

Os resultados das pesquisas empíricas que cada vez mais se têm vindo a produzir sobre esta população mostram que as vidas das pessoas trans são fortemente constrangidas por normas culturais e instituições sociais (veja-se, por exemplo, Hines, 2007; Whittle, Lewis & Al-Alami, 2007). São múltiplos os modos pelos quais as “transgressões” de género trans são socialmente controladas, começando logo na vigilância parental, até à violência na escola ou na rua, à exclusão do mercado de trabalho e às sanções legais nos direitos de cidadania, que não podemos aqui aprofundar, mas a pesquisa empreendida contribuiu para demonstrar também no contexto português (cf. Saleiro, 2010). Mas não afetam uniformemente todas as expressões de género trans, nem sequer transexual.

O estudo relativo à transexualidade e ao transgénero não deve assim negligenciar as forças institucionais e ideológicas que estruturam o género, não podendo prescindir de análise estrutural, como começou por ser afirmado na proposta de uma “*queersociology*” (Seidman, 1996; Hines, 2006) e tem vindo a ser continuamente reafirmado (por exemplo, Sanger, 2008, Hines, 2007, Davy, 2010, Monro, 2010).

O capital corporal e a credibilidade de género

Outro elemento chave a mobilizar para a análise das diferenças entre géneros na transexualidade é o *corpo*, ou mais abrangentemente, o *capital corporal* – no sentido em que devemos considerar não só o corpo no seu estado natural ou original, mas aquilo que ele permite através de manipulações -, e o seu contributo para a credibilidade social de género.

Como está já identificado na literatura (cf., por exemplo, Whittle, Turner & Al Alami, 2007; Striker, 2008), e tivemos oportunidade de constatar com as dezenas de pessoas transexuais com quem convivemos ao longo

desta pesquisa, é consideravelmente mais rápido, e suscetível de conseguir resultados mais satisfatórios em termos de credibilidade social de gênero via aparência, a transição física de mulheres biológicas para homens trans do que a transição de sentido oposto. No primeiro caso, “fazer a barba” para a tornar visível, o corte de cabelo, o vestuário e a ocultação do peito (numa fase inicial frequentemente mediante a utilização de “faixas” ou ligaduras) são em geral suficientes para a criação de uma imagem social credível de homem. No segundo caso – o das mulheres transexuais -, a ocultação da pilosidade e a demonstração de umas formas corporais e faciais femininas (expectavelmente “suavizadas”) requer geralmente bastante esforço e manipulações corporais mais “encarnadas”, que vão para além de estratégias de “ocultação” ou “dissimulação”. Aliás, algumas características físicas associadas aos homens, como as elevadas proporções (altura, largura, tamanho das mãos e dos pés) não são sequer suscetíveis de ser alteradas mediante intervenção cirúrgica (ao contrário de outras para as quais a cirurgia apresenta soluções como, por exemplo, a remoção da maçã-de-adão).

O corpo é um dos principais fatores a ter em conta na produção e manutenção da “credibilidade de gênero” ou no “*passing*” enquanto membro legítimo do gênero desejado, conforme estudado na etnometodologia (Garfinkel, 1967; Kessler&McKenna, 1985 [1978]), sendo um dos principais ingredientes na omnipresença de “produzir gênero” (“*doinggender*”) (West & Zimmerman, 1987). Não basta o “capital de gênero”, quer dizer, o domínio da aparência, do comportamento e até das escolhas prováveis de gênero (Davy, 2011, p. 81), mas o *meio* ou *veículo* pelo qual esse capital de gênero se exprime também tem que ter um grau razoável de credibilidade. E como o gênero, com uma implicação direta ao sexo, tem um *locus* material e biológico - precisamente o corpo -, é também esse corpo que é escrutinado na apreciação e reconhecimento de gênero. Ainda que não os seus marcadores por excelência – os órgãos genitais – porque esses não entram direta ou explicitamente em ação nas interações sociais, mas um conjunto de outras características e traços físicos que são igualmente genderados. O corpo desempenha assim um papel crucial na visibilidade ou invisibilidade das identidades e expressões e gênero trans, com as respetivas consequências a nível das relações sociais (nomeadamente ao nível da discriminação motivada pela identidade de gênero).

Para além das constatações neste sentido possibilitadas pelo contacto e interação com homens e mulheres transexuais ao longo da pesquisa, essa maior facilidade dos homens transexuais em “passar” como membro legítimo do gênero com que se identificam, também transparece e é reconhecida nos discursos dos nossos entrevistados. Não foram raros os que referiram terem sempre sido tomados por homens, mesmo antes de qualquer manipulação corporal:

“Durante toda a vida, muita gente me tratou como homem. Tanto que pessoas que não me conheciam achavam que eu era rapaz, tratavam-me no masculino.” (Pedro, 32 anos)

“Era mais do que evidente, quando olhavam para mim, era mais do que evidente... aliás, mesmo antes de qualquer processo, eu passava muito facilmente por rapaz. Eu lembro-me uma vez de uma senhora no Rossio, eu ir comprar umas flores, e ela, ‘A menina... oh, desculpe, é tão bonito que eu julgava que era uma menina’.” (Gabriel, 63 anos)

Claro que esta maior facilidade em passar não é exclusiva dos homens trans - contactamos durante a pesquisa com mulheres trans com resultados estéticos bastante satisfatórios em termos de aproximação aos padrões da feminilidade e mesmo de índices de atratividade bastante elevados e teremos todos conhecimento de casos de sucesso estético que são publicamente conhecidos, reconhecidos até profissionalmente, como o da brasileira Roberta Close ou da portuguesa Filipa Gonçalves -, mas éneles consideravelmente mais generalizada.

Para além da (in)visibilidade, a aparência física é também determinante para a aceitação social do desejo de se pertencer a um determinado gênero. É que mesmo perante um caso de transexualidade (re)conhecido pelos outros (por exemplo, perante o conhecimento da identidade legal, nos casos em que essa ainda não foi alterada)e/ou assumido pelo próprio, a atitude dos outros é distinta consoante a aparência física seja vista como “legitimando” (no caso de estar em consonância com as características físicas associadas ao respetivo gênero) ou, pelo contrário, como “desmascarando” (no caso de ser percebida desconformidade) esse desejo e essa intenção de pertença a um gênero.

A importância conferida ao capital corporal vem demonstrar a necessidade de compreender as identidades transexuais, e mais genericamente as identidades trans, não negligenciando a realidade biológica do *self*, como acontece frequentemente nas abordagens pós-estruturalistas destes fenómenos (de onde se destaca o famoso “*Gender Trouble*” de Judith Butler, 1990). Ou seja, o género não é apenas performatividade, mas tem um referente material carnal que o condiciona e que condiciona a sua perceção por parte dos outros (aliás, a própria Judith Butler clarifica essa ideia na sua obra seguinte, precisamente designada “*Bodies that Matter*”, 1993). Não basta performar a masculinidade ou a feminilidade, é preciso que a autenticidade seja reconhecida pelos outros, caso contrário é reconhecida precisamente como uma *performance* e entendida como uma farsa. Isto não significa negar que a representação dos corpos genderados, ou seja, a representação do corpo de homem e do corpo de mulher, sejam construídos socialmente, é reconhecer que essa representação construída socialmente entra em jogo e é reiterada a cada nova avaliação de género. Não basta pois querer, é preciso *parecer* membro do género desejado e nesse reconhecimento entram em jogo os atributos físicos encarnados que contribuem para a ideia de autenticidade. Recentemente há autores provenientes da sociologia (nomeadamente Davy, 2011) que têm vindo a tomar em consideração o significado social do corpo físico na interação social, reconhecendo que estamos sujeitos a julgamentos estéticos visuais e que é ingénuo desvalorizar a importância da fisicalidade que cada um apresenta. E se isto é verdade para qualquer pessoa, ganha um significado particular no caso das pessoas trans na medida em que interfere no modo como são lidadas assumidas pelos outros num aspeto tão estrutural para a identidade como é o género.

Estas considerações são extensíveis a uma das dimensões chave na vida das pessoas transexuais, que é a da sua relação com os serviços de saúde, nomeadamente os especificamente dirigidos ao acompanhamento da transição física. Na análise que faz acerca das relações e das negociações das pessoas trans com os serviços de saúde, Davy (2010) conclui que é possível que algumas mulheres transexuais relatem situações mais favoráveis – “tenham sido mais bem tratadas” (2010, p. 110) – do que outras, devido à sua idade (são jovens) e à sua capacidade para “passarem” com sucesso como mulheres atraentes, permitindo aos profissionais de saúde o seu reconhecimento como candidatos autênticos às transformações corporais e ao reconhecimento legal. Já antes Kessler e McKenna (1978) sugeriram que o processo de diagnóstico clínico não era tanto baseado na ciência, mas era um empreendimento altamente subjetivo, que poderia depender da apresentação estética das pessoas trans. As autoras citam mesmo um clínico que reconheceu que “ficava mais convencido acerca da feminilidade de uma transexual *male to female* se ela fosse particularmente bonita e fosse capaz de evocar nele aqueles sentimentos que uma mulher bonita geralmente provoca” (Kessler & McKenna, 1978, p. 118).

Identidades e (in)visibilidades

A maior aceitação social e familiar das masculinidades femininas e a maior credibilidade de género dos homens transexuais tem consequência nas diferentes identidades e visibilidades de homens e mulheres transexuais na sociedade portuguesa, tal como acontece noutras sociedades ocidentais já estudadas. Em praticamente qualquer que seja a sociedade considerada, as mulheres trans têm uma maior visibilidade – quer individual, quer coletiva - por relação aos homens. Sintoma disso mesmo foi a dificuldade que encontramos na sinalização e no acesso a homens transexuais das gerações a que pertencem as mulheres mais velhas que entrevistámos.

No caso da sociedade portuguesa as mulheres transexuais podiam ser encontradas, no passado recente, desde pelo menos os anos 1970, em circuitos noturnos, como nos espetáculos de transformismo e em locais de prostituição de rua, como que “especializados” nesse nicho de mercado. Menos circunscritamente, bastava saírem à rua em conformidade com o género com que se identificavam, como relataram algumas das nossas entrevistadas mais velhas, para serem imediatamente “sinalizadas”, havendo pois aqui um efeito de visibilidade forçada. Mas o espaço para a vivência das masculinidades femininas não existia enquanto tal, muito provavelmente porque não era tão notado ou tão estranhado. Ou seja, haveria espaço para mulheres biológicas expressarem a masculinidade quotidianamente sem que isso as levasse a assumir e a serem percebidas como homens e, nos casos em que essa assunção acontecia, a possibilidade da ocultação de não se estar perante uma expressão de género cis, levava a que não sobressaísse uma necessidade tão premente de

luta pela conquista de um espaço autonomizado de vivência da masculinidade com origem em mulheres biológicas. Estas diferentes possibilidades com que se confrontam homens e de mulheres trans irão ter consequência na natureza e nas modalidades dos ativismos, como salienta Susan Stryker (2008), com as mulheres a sentirem mais cedo a necessidade de um associativismo mais político. De facto, em Portugal, os pioneiros do ativismo trans são mulheres transexuais e a primeira associação nacional especificamente vocacionada para as questões da identidade de género – a Associação para o Estudo e Defesa do Direito à Identidade de Género, que existiu de 2002 a 2007 – foi fundada e era constituída exclusivamente por mulheres trans.

Contrariamente, não existe em Portugal uma história partilhada e visível de expressões de género de masculinidades femininas. Não encontramos no contexto nacional referências à transexualidade a partir de mulheres biológicas anteriores à implementação formal das consultas de acompanhamento da transexualidade no nosso país, o que viria a acontecer já em 1995, com a retirada da proibição de realização de cirurgias de reatribuição de sexo “em pessoas morfollogicamente normais” do Código Deontológico da Ordem dos Médicos. A questão que se coloca aqui é a existência com alguma visibilidade de “outros semelhantes” para as mulheres transexuais, que tinham uma existência coletiva pelo menos ao nível micro-grupal. Isso não acontece com os homens transexuais que até recentemente não tinham conhecimento ou referência desses “outros semelhantes”. E, como concluem Gagné-Tewksbury para os indivíduos com identidades de género minoritárias, “Só quando descobriram que havia outros como eles, foram capazes de começar a fazer sentido daquilo que estavam a experienciar e daquilo que eram.” (1997, p. 504).

O homem mais velho que entrevistámos - Gabriel, 63 anos - acabaria por sair do país e só no contexto de um outro país europeu conseguiria ter contacto com outro homem transexual. Mas mesmo para os mais novos quando se acedia a informação sobre o travestismo ou a transexualidade, não se associava à própria situação, uma vez que o caso era invariavelmente apresentado e ilustrado com homens biológicos que expressavam a feminilidade e nunca o “oposto”:

“Eu achava, e a maioria das pessoas tem essa noção, que [a transição] era possível de homem para mulher, até porque não eram transexuais mas sim travestis, o que se vê muito. E então eu achava que essa situação era possível, mas a outra não.” (Nuno, 28 anos)

“Se calhar já tinha ouvido qualquer coisa [sobre transexualidade]. Nesse programa de televisão eu ouvi, mas nunca percebia, porque para mim um transexual era uma pessoa que era um homem [biológico], nunca era uma mulher, nunca associava. (...) Eu pensava que era um homem, mas tinha dois sexos, por exemplo.” (Gil, 28 anos)

“Eu não sabia que se podia fazer, pode parecer incrível como é que uma pessoa que tem um curso superior e essas coisas todas, mas eu pensava que só as pessoas que tinham nascido mesmo com os dois sexos é que podiam fazer [mudança de sexo]. Eu aqui há uns tempos, há uns anos, vi na televisão um fulano ali de Alenquer que falou que vivia com uma senhora muito mais velha do que ele, que estava a ajudá-lo a fazer a transformação e não sei quê, foi das primeiras vezes que se falou disso na televisão, e ele apareceu com um ar masculinizado e eu pensava que ele tinha nascido assim, tinha nascido assim, só que em vez de ter nascido com uma pilinha, tinha nascido com uma pachachinha.” (Jorge, 45 anos)

Na ausência de diversidade de referências para a construção da identidade e da expressão de género, que não as disponíveis no discurso médico-psicológico, os homens apresentam narrativas de género muito semelhantes entre si, porque mesmo os mais velhos acabam por partilhar a sua história de vida com os mais novos, já iniciados no processo de transição clinicamente assistida. Esta realidade terá pois um efeito de reprodução, influenciando a identidade e expressão de género de cada nova mulher biológica que se identifica como homem, que não colocará no “campo dos possíveis” realizar o processo de transição fora do medicamento assistido. De facto, a totalidade dos homens transexuais que entrevistámos passa ou já passou por esse processo. A totalidade defende a necessidade do acompanhamento psicológico e de intervenções cirúrgicas a nível dos genitais, para uma maior conformidade ao modelo corporal e simbólico da masculinidade. As tão desejadas alterações corporais “encarnadas”, ou seja, excetuando as estratégias de simulação e dissimulação, só são realizadas no quadro do processo de transição formal. Aliás, na fase de

recolha de dados encontramos apenas um caso de expressão trans proveniente de uma mulher biológica fora da identidade de gênero transsexual^{iv}.

Já no caso das mulheres de expressão trans, para além da diversidade das identidades e expressões de gênero fora da transexualidade, que inclui, por exemplo, pessoas *cross-dresser*, travestis e andróginas, mesmo no caso restrito da transexualidade que aqui nos ocupa, deparámo-nos com uma muito maior diversidade interna. Desde logo, parte das mulheres transexuais entrevistadas, para além de muitas outras com quem contactámos mas não entrevistámos formalmente, abarcando as várias gerações, prescindem do acompanhamento médico e vivem e gerem a sua identidade e apresentação de gênero por sua própria conta, consoante os seus recursos e a auto-avaliação das suas necessidades. Tomam hormonas sem prescrição médica, mediante a compra de pílulas contraceptivas nas farmácias; recorrem a uma “indústria paralela de transformações corporais”, de onde sobressaem as chamadas “bombadeiras”, especializadas em injeção de silicone industrial; realizam cirurgias “a pedido”, sobretudo no estrangeiro numa lógica de “turismo médico” – Brasil, França, Suíça, Casablanca:

“Então fui-me encher de silicone, lábios, cara, rabo, enchi-me toda. Eu parecia inchada, pus, pus, pus, porque a minha necessidade de dar uma volta era tão grande... Vinguei-me no silicone, ‘bebi’ quatro litros de silicone!” (Daniela, 26 anos)

“Comecei a tomar muitas hormonas, doses industriais de hormonas (...) Tudo o que diziam que era bom, nós fazíamos, ‘Olha, estou a tomar esta, é muito boa para os pelos da cara’, nós íamos e comprávamos, ‘Olha, esta é muito boa para isto’, nós íamos, comprávamos. Aquilo era cocktails de hormonas. Mas houve algumas que ficaram ‘apanhadas’, devido àquele excesso de estrogénios que metiam cá para dentro e aquilo perturbava um bocado essas pessoas. Eu notava esses efeitos, às vezes estava muito agitada, hipersensível, qualquer coisa me irritava, isso sim, isso acontecia-me, muitas vezes acontecia-me. Depois fiz silicones, fiz silicone na cara, fiz no corpo e parou por aí, parou por aí.” (Helena, 50 anos)

Outra grande diferença é que encontramos mulheres transexuais que acomodaram os genitais na sua identidade e vivência de gênero, ou que assumiram essa “particularidade” da sua condição feminina:

“Eu penso de maneira diferente nesse aspeto. Tenho o meu sexo, gosto de o ter, mas não aceitava o meu corpo. O meu problema não foi o meu sexo. Foi o meu corpo, porque, é assim, uma coisa é o meu corpo, é a minha cabeça, eu sinto-me mulher, tenho que ter um corpo minimamente, que eu olhe e diga assim ‘eh pá, eu disto gosto, estou bem. Agora pelos, barba, sem anca, braços largos, eh pá, espera lá, não sou assim!’. Consegue perceber? Com o meu sexo não, porque eu vejo o meu sexo como um sexo feminino, eu vejo o meu sexo como algo que me dá muito prazer, como algo que eu dou prazer. Oh pá, e depois, é assim, mais um buraco, menos um buraco, eu tenho um buraco e já chega, para que é que vou estar a fazer mais?! Não há necessidade, tenho dois, já chega, vou fazer um terceiro? Não!” (Daniela, 26 anos)

“Cirurgia de mudança de sexo, não, não quero. Posso até fazer mais tarde quando tiver uma vida estável, um bocadinho com mais idade, isso depois é um assunto a considerar. É assim, o meu género [órgão sexual] nunca me impediu de..., nunca me fez passar por nenhuma situação constrangedora. Eu vou a uma praia, vou a uma piscina e ninguém diz que está ali. E numa relação amorosa também nunca me atrapalhou, e como eu acho que é uma coisa que tem que ter um acompanhamento psicológico muito grande...” (Sandra, 22 anos)

“É assim, eu estou muito habituada à minha genitália e não sei se me ia adaptar e gostar daquilo que veria, ou se não veria o corpo de uma estranha no meu. Porque, por exemplo, o peito, foi um prazer para mim. E issoeu tinha a certeza, percebe? Agora cá em baixo, não tenho a certeza, continuo a não ter a certeza.” (Vanessa, 36 anos)

Novas identidades e visibilidades trans

A pesquisa desenvolvida permitiu perceber, também para a realidade portuguesa, diferenças acentuadas entre homens e mulheres transexuais. Para a compreensão dessas diferenças entram em jogo i) a maior aceitação social das “masculinidades femininas”, porque o masculino é tomado como o universal e o feminino como o particular e como tal deve permanecer circunscrito a quem tenha sido atribuído o sexo feminino e interdito ao masculino; e ii) o capital corporal que facilita a credibilidade de género dos homens transexuais e funciona como um fator legitimador do desejo de se pertencer ao sexo masculino, quando a imagem o confirma. Esse “bom resultado” permite a invisibilidade social dos homens transexuais, o que não acontece tão frequentemente com as mulheres transexuais cujo “*coming out*” é praticamente forçado ao serem percebidas pelos outros como tal.

Esta maior ou menor visibilidade reflete-se também ao nível das identidades coletivas, já que, ao contrário dos homens, as mulheres transexuais são obrigadas a pensar um lugar de género para si, não se subsumindo entre as mulheres cissexuais, como é comum acontecer com os homens transexuais. Já a possibilidade da invisibilidade explica que só muito recentemente tenham vindo a emergir discursos acerca das expressões trans de performance da masculinidade, ou, dito de outro modo, de origem nas mulheres biológicas (veja-se, por exemplo, Devor, 1989; Halberstam, 2006 [1998]; Feinberg, 2006 [1992], 1996, 1998; Cromwell, 1999a, 1999b; Green, 1999 [1996], 2004; Rubin, 2003; Prosser, 1999; Whittle, 1999).

Nos últimos anos tem-se assistido à emergência de novas formas de visibilidade e de legibilidade das novas culturas “trans” – transexuais, transgénero, “*genderqueer*”. Estas, sobretudo quando vêm “de dentro”, ou seja, provêm de *insiders*, mostram novas subjetividades que põem em causa mais explícita e assumidamente o sistema predominante dos dois sexos-géneros únicos e dicotómicos (Kate Bornstein, Sandy Stone, Gordene Olga MacKenzie, Leslie Feinberg...). Uma parte bastante significativa destes novos movimentos é constituída por mulheres biológicas (Judith/Jack Halberstam, Jason Cromwell, Leslie Feinberg, Holly/Aaron Devor...), cujas expressões e identidades de género vão desde as de homem transsexual, que reclama uma identidade individual e coletiva enquanto tal (Green, 1999 [1996]; Cromwell, 1999a, 1999b; Rubin, 2003), até outras que podem ser consideradas mais subversivas para o sistema de género binário, como é o caso das “*dragqueens*” (cf. Shapiro, 2007; Rupp, Taylor e Shapiro, 2010) ou das “*transgenderbutch*” (cf. Halberstam, 2006 [1998], pp. 141-173). Embora não tenhamos encontrado ainda eco destas novas identidades nas mulheres biológicas de expressão trans que entrevistámos e que tratámos aqui, não colocamos de parte a hipótese de poder estar a constituir-se um novo “espaço de possibilidades”, também em Portugal, para as masculinidades femininas, como um observador atento do fenómeno começa já a notar. Não será pois de admirar que o futuro aproxime, na diversidade, homens e mulheres transexuais.

Referências bibliográficas:

- Bornstein, K. (1994). *Gender Outlaw: Men, Women and the Rest of Us*, New York: Routledge.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that Matter*, New York: Routledge.
- Cromwell, J. (1999a). *Transmen and FTMs Identities, Bodies, Genders, and Sexuality*, Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Cromwell, J. (1999b). “Passing women and female-bodied men: (Re)claiming FTM History”. In K. More & S. Whittle (eds.), *Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the Fin de Siècle* (pp. 34-61), New York: Cassell.
- Davy, Z. (2010). “Transsexual agents. Negotiating authenticity and embodiment within the UK’s medicolegal system”. In S. Hines & T. Sanger (eds.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity* (pp. 106-126), New York: Routledge.

- Davy, Z. (2011). *Recognizing Transsexuals: Personal, Political and Medicolegal Embodiment*, Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- Devor, H. (1989). *Gender Blending. Confronting the Limits of Duality*, Bloomington: Indiana University Press.
- Ekins, R. & King, D. (2006). *The Transgender Phenomenon*, London: Sage.
- Feinberg, L. (1998). *Trans Liberation. Beyond Pink or Blue*, Boston: Beacon Press.
- Gagné, P., Tewksbury, R. & McGaughey D. (1997). "Coming out and crossing over: identity formation and proclamation in a transgender community", *Gender and Society*, 11(4), 478-508.
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Green, J. (1999 [1996]). "Look! No, don't! The visibility dilemma for transsexual men". In K. More & S. Whittle (eds.), *Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the Fin de Siècle* (pp. 117- 131), New York: Cassell.
- Green, J. (2004). *Becoming a Visible Man*, Nashville: Vanderbilt University Press.
- Halberstam, J. (2006 [1998]). *Female Masculinity*, Durham: Duke University Press.
- Hines, S. (2006). "What's the difference? Bringing particularity to queer studies of transgender", *Journal of Gender Studies*, 15(1), 49-66.
- Hines, S. (2007). *TransForming Gender. Transgender Practices of Identity, Intimacy and Care*, Bristol: The Policy Press.
- Kessler, S. & McKenna, W. (1985 [1978]). *Gender: An Ethnomethodological Approach*, Chicago: University of Chicago Press.
- MacKenzie, G. O. (1994). *Transgender Nation*, Bowling Green: State University Popular Press.
- McNay, L. (1999), "Gender, Habitus and the Field: Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity", *Theory, Culture and Society*, 16(1), 95-117.
- Prosser, J. (1999). "Exceptional Locations: Transsexual Travelogues". In K. More & S. Whittle (eds.), *Reclaiming Genders. Transsexual Grammars at the Fin de Siècle* (pp. 83-114), New York: Cassell.
- Rubin, H. (2003). *Self-made Men: Identity and Embodiment among Transsexual Men*, Nashville: Vanderbilt University Press.
- Rupp, L. J., Taylor, V. & Shapiro, E. I. (2010). "Drag queens and drag kings: The difference gender makes", *Sexualities*, 13(3), 275-294.
- Saleiro, S. P. (2010). *Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género*, Relatório Final, Lisboa: CIES-IUL.
- Sanger, T. (2008). "Trans governmentality: the production and regulation of gendered subjectivities", *Journal of Gender Studies*, 17(1), 41-53.
- Seidman, S. (2003 [1996]). "Introduction". In S. Seidman (edit.), *Queer Theory/Sociology* (pp. 1-29), Oxford: Blackwell.
- Shapiro, E. (2007). "Drag kinging and the transformation of gender identities", *Gender & Society*, 21(2), 250-271.
- Stone, S. (1995 [1988]). *The 'Empire' Strikes Back: a Posttranssexual Manifesto*, <http://www.qrd.org/qrd/trans/1995/empire-strikes-back-11.19.95>.
- Stryker, S. (2008). *Transgender History*, Berkeley: Seal Press.
- West, C. & Zimmerman, D. H. (1987). "Doing gender", *Gender & Society*, 1(2), 125-151.

Whittle, S. (1999). “The becoming man: The law’s ass brays”. In K. More & S. Whittle (eds.), *Reclaiming Genders. Transsexual Grammars at the Fin de Siècle* (pp. 15-33), New York: Cassell.

Whittle, S., Turner, L. & Al-Alami, M. (2007). *Engendered Penalties: Transgender and Transsexual Peoples’ Experiences of Inequality and Discrimination*, Press For Change/Manchester Metropolitan University.

ⁱPara além da presente autora, a equipa de investigação foi constituída por Miguel Vale de Almeida (coordenador), Joana Santos (bolseira de investigação) e Francisco Allen Gomes e Sally Hines (consultores).

ⁱⁱAs ciências médicas, como se referenciam na biologia, produzem frequentemente definições de sentido contrário, designando de “homem transexual” ou “transexual masculino” aquelas que são para nós as “mulheres transexuais” e vice-versa.

ⁱⁱⁱUma tradução mais exata seria a “masculinidade das fêmeas”, porque se refere à expressão de género atributo dos homens (masculinidade) mas com origem nas mulheres biológicas (fêmeas). Optámos pela tradução de “masculinidades femininas”, dado na língua portuguesa, aliás como mais genericamente nas latinas, ao contrário das anglo-saxónicas, o termo fêmea (*female*) ser substituído pelo atributo de género, feminina. O mesmo acontece em relação a “macho” e “masculino”.

^{iv} Trata-se de uma mulher biológica que performa pontualmente a masculinidade, em estilo *drag*, mas sem prescindir da sua identidade de mulher.